

FRANCISCO GLICÉRIO E A REPÚBLICA

Amélia Franzolin TREVISAN

Francisco Glicério iniciou sua vitoriosa carreira política em 1869 quando, ao lado de Luís Gama, Jorge Miranda, Bernardino de Campos e outros dissidentes do Partido Liberal, fundou o Clube Radical de São Paulo, o qual após o Manifesto Republicano de 1870, passou, como muitos outros, a seguir seus princípios e denominar-se Clube Republicano.

No sentido de congregarem os clubes republicanos da Província num futuro Partido, políticos da capital e interior realizaram em janeiro de 1872, em São Paulo, uma primeira reunião para estabelecerem suas bases, promover assídua comunicação entre os clubes e organizar um congresso em qualquer ponto da Província.

Nesse mesmo ano de 1872, a eleição em Campinas, de Campos Sales, o primeiro vereador republicano do Brasil, trouxe à cidade grande prestígio, tanto que o Clube Republicano de São Paulo, que organizava o 1º Congresso Provincial do Partido, sugeriu em circular de 20 de outubro, que o mesmo se realizasse nessa cidade. Mas o próprio Clube Republicano de Campinas, do qual Francisco Glicério foi fundador, sugeriu que o mesmo se realizasse em Itu.

Assim, os republicanos paulistas durante as festividades da inauguração da linha férrea, realizaram em abril de 1873, seu primeiro Congresso Provincial, em Itu, reunindo representantes de vários municípios, sendo Francisco Glicério seu principal organizador. Esse Congresso que ficou conhecido como **Convenção de Itu**, marcou o início de um processo de aglutinação de clubes e núcleos dispersos para a formação de um partido político provincial: o Partido Republicano Paulista.

Na primeira reunião do Partido realizada em São Paulo em julho do mesmo ano, além do lançamento de um Manifesto sobre a questão servil, foi atribuída a Francisco Glicério a direção das campanhas eleitorais na Província. A primeira campanha do PRP com chapas própria, foi a das eleições municipais de 1876, quando foram eleitos vários vereadores; mas foi só nas eleições de agosto de 1877 que o PRP elegeu, pela primeira vez no Brasil, deputados à Assembléia Provincial: Prudente de Moraes, Cesário Mota e Martinho Prado Júnior. Em 1884, o PRP con-

seguiu, também pela primeira vez no Parlamento Imperial, eleger dois republicanos históricos: Prudente de Moraes e Campos Sales, por coincidência, os dois primeiros presidentes civis da República.

Os republicanos que desde o Manifesto de 1870 adotavam o princípio da evolução das idéias políticas, militando dentro da lei e valendo-se apenas do voto como arma para alcançar o poder, resolveram durante o Congresso do PRP de maio de 1888, em São Paulo, declarar-se em franca hostilidade ao Terceiro Reinado e para isso propuzeram uma ação revolucionária utilizando todos os meios possíveis desde os recursos pecuniários até aos "meetings" para a divulgação dos princípios republicanos; esse Congresso também elegeu nova Comissão Permanente com poderes ilimitados, formada por cinco membros, entre eles, Francisco Glicério.

A escolha de Quintino Bocaiúvam reconhecido "evolucionista" para a chefia suprema do Partido Republicano Nacional, no Congresso de maio de 1889 em São Paulo, pareceu um retrocesso recebendo muitas críticas dos "revolucionários", resultando daí a formação de grupos que passaram a atuar em campos separados. As atividades dos republicanos "revolucionários" provocaram a reação dos monarquistas, que com a conivência da polícia, interviam nos "meetings" do Partido, provocando tumultos que acabavam em lutas nas ruas.

Dissolvida a Câmara dos deputados e marcadas as eleições para 31 de agosto, o PRP indicou seus candidatos e Francisco Glicério foi escolhido pelo 9º Distrito que compreendia São José do Rio Pardo, Mococa, Caconde e outros municípios da região.

O mais relevante evento de toda a campanha eleitoral na Província foi o conflito entre republicanos e liberais que ficou conhecido como o "Episódio Republicano", que envolveu Francisco Glicério em São José do Rio Pardo.

Como candidato a deputado geral por São Paulo, chegou a São José na tarde de 10 de agosto; festivamente recebido na estação da Mojiana, com grande acompanhamento dirigiu-se ao Hotel Brasil, do republicano Ananias Barbosa, onde se hospedou com sua comitiva. À noite, estando todos recolhidos, aos gritos de "morra a República", soldados do destacamento policial, por ordem ou anuência do chefe liberal Saturnino Barbosa, invadiram o hotel para agredirem Francisco Glicério e Ananias Barbosa.

Estes, com outros hospedes reagiram e no dia seguinte, com o apoio de Honório Luís Dias, chefe republicano rio-pardense, com cerca de 300 homens armados, tomaram posse da Câmara Municipal onde prenderam o presidente da mesma, Saturnino Barbosa, o subdelegado e outros implicados no assalto ao hotel.

Nesse mesmo dia 11, ao ser hasteada a bandeira republicana de Júlio Ribeiro no mastro da Câmara, foi, simbolicamente proclamada a

República em São José, fato que lhe valeu mais tarde, o honroso título de **Cidade Livre do Rio Pardo**.

O "Episódio Republicano" teve larga repercussão na Imprensa, em especial na **Província de São Paulo** e **Diário popular**; uma das táticas da propaganda republicana era explorar ao máximo todos os incidentes envolvendo monarquistas e republicanos.

Francisco Glicério foi eleito no primeiro escrutínio, mas, por fraude, perdeu no segundo; álias essa foi a última eleição imperial, pois a instalação da Câmara dos Deputados com os novos eleitos, marcada para 20 de novembro, não se realizaria...

No dia 6 de novembro, Campos Sales recebeu carta de Aristides Lobo informando sobre as confabulações no Rio de Janeiro, entre republicanos e altas patentes do Exército tendo em vista uma iminente ação revolucionária e pedia a presença de um dos chefes do PRP. Campos Sales chamou a São Paulo Francisco Glicério um dos membros da Comissão Permanente que, chegando de Campinas, imediatamente partiu para o Rio, sendo o único paulista a tomar parte na revolta.

Na noite de 11 de novembro houve uma conferência decisiva em casa do Marechal Deodoro para decidir a queda da monarquia, da qual participaram, além de Deodoro, Quintino Bocaiúva, Sólton Ribeiro, Francisco Glicério, Aristides Lobo e Rui Barbosa.

Vencidas as últimas resistências do Marechal e assegurada a anuência de Floriano Peixoto, ficou resolvido que Deodoro e Benjamin Constant cuidariam da parte militar da revolta e Quintino Bocaiúva e seus amigos cuidariam do resto. Eufórico, Francisco Glicério telegrafou a Campos Sales em mensagem cifrada: "O Exército fará a revolução."

Nos dias seguintes, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Francisco Glicério e Rui Barbosa trataram de constituir o novo Ministério, o qual na manhã da Proclamação da República já estava formado. E, lembrando Euclides da Cunha: o que se viu a 15 de novembro foi "o desfecho feliz de uma revolta. Porque a revolução já estava feita."

O único posto executivo que Glicério aceitou na República foi o de Ministro da Agricultura, substituindo Demétrio Ribeiro; e também foi nomeado pelo Marechal Deodoro, como os outros ministros civis, general de brigada honorário do Exército.

No legislativo, depois de vereador em Campinas no tempo do Império, elegeu-se constituinte em 1890, e deputado federal por São Paulo durante três legislaturas, de 1891 a 1899.

Como líder do governo de Floriano Peixoto e fundador do Partido Republicano Federal do qual era chefe, foi o dirigente de toda a política nacional até 1897, quando, já afastado da liderança da Câmara, foi

injustamente acusado de envolvimento no atentado sofrido pelo presidente Prudente de Moraes, na ocasião em que recebia soldados que voltavam da Campanha de Canudos; absolvido por falta de provas, teve, no entanto, diminuído seu prestígio e, ao término de seu terceiro mandato, não conseguiu reeleger-se.

Ao deixar a Câmara Federal, Francisco Glicério voltou às suas atividades de advogado até que em setembro de 1902 foi eleito senador por São Paulo, para um mandato de três anos; reeleito para as legislaturas de 1906 e 1915, permaneceu no Senado durante 14 anos, participando das Comissões de Comércio, Agricultura, Indústria e Arte, Finanças e de Poderes.

Francisco Glicério, sempre tão assíduo e combativo em plenário e nas comissões, em fins de 1915, contraiu violenta gripe que o deixou afônico e começou a definhar desinteressando-se dos trabalhos. E no dia 12 de abril de 1916, os jornais do Rio de Janeiro, em grandes boletins afixados em suas portas anunciavam o falecimento do velho senador.